

MOÇÃO C

MUDAR DE RUMO, POR UM BE 100% À ESQUERDA

lista.c@bloco.org

1. TEMPOS DE REVOLTA

A CRISE CONTINUA, A LUTA TAMBÉM

A crise perdura: todas as supostas retomas foram desmentidas pelos factos. A regulamentação dos mercados pelos governos falhou – são estes que regulamentam os governos e não o oposto. As injeções de dinheiro público na banca, criando a chantagem da dívida, apenas deram continuidade ao saque, aprofundado hoje pela hiper-inflação.

Todas as crises trazem a mais severa austeridade. A saída da burguesia é aumentar ao máximo a exploração: devolver ao Trabalho apenas o suficiente para a sua reprodução. É essa a receita actual, de Merkel a Sarkozy, de Sócrates a Obama, até Fidel Castro.

A crise alarga as fronteiras da miséria, destruindo direitos conquistados pelos trabalhadores em séculos de luta. O plano é fazer da Europa uma América Latina, desta uma nova China e rebaixar a China a um patamar inédito.

Para isso, usam a chantagem da dívida, uma mentira potenciada pela especulação, que mais não é que um enorme aspirador de riqueza. A Esquerda não pode esperar e deve quebrar já essa chantagem.

A LUTA DE FORA, CÁ DENTRO

Face às lutas na Europa e à Revolução Árabe, os trabalhadores portugueses parecem ficar para trás. Mas não somos um povo de brandos costumes! Basta lembrar que protagonizámos a última revolução da Europa Ocidental, que estivemos às centenas de milhares nas mobilizações dos últimos anos e que a Greve Geral de 24 de Novembro foi forte. Por fim, os portugueses são, na Europa, os que mais votam à esquerda.

Porque não alcançamos o nível das lutas da Grécia, França ou Espanha? O medo do desemprego, a precariedade e baixa sindicalização são parte da resposta. Mas não toda, pois há mais desemprego em Espanha, menos sindicalização em França e mais repressão na Grécia. A resposta está nos brandos costumes, não do povo, mas da esquerda portuguesa. Em poucos países a principal central sindical tem tanto controlo sobre os trabalhadores e é tão conservadora, procurando não derrubar governos, negociar à primeira e estrangular qualquer democracia de base.

Também os partidos têm responsabilidades e é tempo de autocrítica: o BE centra-se demasiado no Parlamento. Não que não esteja nas lutas, mas vive da actividade parlamentar. A Esquerda prefere levar o descontentamento para as urnas do que para as ruas. Vejam-se as tréguas que desmobilizaram as lutas de

professores e enfermeiros antes das eleições de 2009 ou nas presidenciais. Se a culpa é sobretudo do PCP, também o BE não procura disputar essas direcções, nem usa a sua influência para apelar publicamente a lutas que saiam do controlo do PCP.

Por fim, a falta de unidade à esquerda arrefece o ânimo da luta: a ausência de alternativa de poder desmobiliza e só a unidade à esquerda pode ser solução.

O BE deve ser ousado e propor nos sindicatos lutas mais fortes, promovendo a mobilização. Uma nova Greve Geral, com manifestação nacional, deve ser preparada.

GERAÇÃO À RASCA PÕE FIM A SÓCRATES

No dia 12 de Março, mais de 300 mil jovens, não jovens, precários, desempregados e outros afectados pela austeridade saíram à rua, na maior mobilização desde o PREC. Foi um protesto que expressou descontentamento com o Governo e com o centrão, mostrando que há milhares dispostos a mobilizar-se, mas não sob a alçada do sindicalismo e esquerdas tradicionais.

Apesar da encenação de Sócrates e Passos Coelho, não foi o PEC IV que pôs fim ao Governo, mas este protesto de massas. As cúpulas do regime ouviram a indignação e tentarão canalizá-la para as urnas. É óbvio que tal não será dito nem pela direita nem pelo PCP, para que o povo não perceba a força que tem. Cabe ao BE explicar que o povo nas ruas quebrou a aliança que sustentava Sócrates e que o poderá voltar a fazer caso queira.

GERAÇÃO À RASCA VAI CONTINUAR

O fenómeno do 12 de Março repetir-se-á, apesar da acalmia momentânea. Mas não há que perder tempo: deve aproveitar-se os passos dados para que a revolta não tenha que recomeçar do zero. O Movimento Geração à Rasca deve basear-se em Assembleias abertas a todos os que não querem a austeridade e precariedade, e ter a luta na rua como vocação.

A partir da sua influência sobre os promotores do protesto, a direcção do BE tentou afunilar este movimento para outros mais pequenos, controlados

por si, como o PI ou o MayDay. Esta tentativa de apropriação é inaceitável e foi negada pelos promotores do movimento nas diversas regiões.

As propostas aos activistas que despertaram no 12 de Março devem ser feitas em Assembleias, não nas cúpulas. Aí devemos propor a organização popular e novas mobilizações. O fim dos recibos verdes, a redução dos preços dos combustíveis e outras reivindicações devem ser levantados. Uma nova mega manifestação deve dar um prazo ao governo (mesmo saído de eleições antecipadas), que deve ser confrontado com as reivindicações da rua.

2. RECOMEÇAR DE NOVO

Em 12 anos, o BE provou a necessidade de uma Esquerda que não se contente em gerir o capitalismo, nem em ser eco do estalinismo. Os últimos anos foram duros testes a este projecto. É preciso avaliar as opções tomadas. Os balanços à esquerda foram, muitas vezes, proclamações para consumo interno ou autocríticas para acalmar consciências. Também nisto o BE tem que mudar.

CRESCER PARA ALÉM DOS NÚMEROS

Os números dizem-nos que o BE cresceu e ainda bem. O número do aderente mais recente andarà pela dezena de milhar. Isso é significativo, mas quem se propõe a revolucionar a realidade sabe que não o faz com números mas com activismo.

Analisemos este crescimento. Quantos bloquistas estão nas tarefas quotidianas, nas sedes e nas campanhas? Dezenas de milhar, milhares ou centenas? Terà crescido o BE entre os mais explorados? Pouco, dir-nos-à um exame honesto.

E quando crescemos num momento, decrescemos mais adiante. Podemos comemorar a chegada aos 10 mil aderentes, mas têm-se multiplicado as demissões e as desistências. A explicação? Já não se trata de uma crise de militância. Nas ruas, escolas e empresas, milhares têm acordado para o activismo. Estes sectores muitas vezes revêm-se no BE; o BE é que não se revê neles, não procura integrá-los e quando o

faz é para cedo os esquecer.

Porque é que isto sucede? Nos últimos anos o BE centrou-se no parlamento. Dos melhores activistas foram feitos assessores ou funcionários de sede, longe do trabalho de base. Formou-se assim a coluna do partido, curvada sobre instituições onde cada vez menos pessoas se revêem. Isso explica as sedes vazias, a falta de novos rostos e o envelhecimento precoce. A falta de democracia interna pela ausência de reuniões e a lógica de decisões consumadas, vindas de cima para baixo, faz o resto.

Propomos um partido diferente, não centrado no parlamento, em que os quadros se virem para o trabalho de base; em que os militantes sejam ouvidos e tenham formação política, direitos e deveres; em que haja núcleos nas empresas e escolas baseados na luta quotidiana.

Só assim o BE crescerá e terá pessoas novas a surgir e as sedes ocupadas. Não seremos apenas uma potência em votos, mas sobretudo na mobilização.

JUNTAR FORÇAS CONTRA O GOVERNO, OS PATRÕES E OS BUROCRATAS

Os governos Sócrates despertaram o ódio popular, manifestações e greves, levando à Greve Geral mais participada em décadas. Uma efervescência sente-se no país e milhares procuram organizar-se para lutar, seja em estruturas tradicionais ou em novas. Estes são os terrenos naturais da Esquerda e só um balanço da inserção neles pode aferir as suas forças.

"O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário" dizia a moção aprovada na VIª Convenção. Mas não basta dizer, é preciso cumprir.

A unidade BE-PCP faz falta, só que existe sobretudo na forma mais nefasta: nas direcções sindicais "controleiras". Veja-se o caso do SPGL, onde bloquistas integram a direcção e, em vez de serem oposição ao controleirismo da FENPROF, cedem aos acordos com o Governo, nunca sufragados na base. O SINTTAV é outro exemplo, em que o BE, ao lado da direcção comunista, se abstém de sindicalizar precários e defender as suas lutas, abrindo caminho para

ETTs.

Por outro lado, quando surgem organizações por fora dos sindicatos (movimentos de professores, comissões de utentes do SNS ou contra o pagamento nas SCUTs), o BE não os integra nem fomenta o seu crescimento, criando, ao invés, movimentos artificiais, partidarizados, que cedo se esvaziam ou reúnem maioritariamente bloquistas (MEP, SOS SNS ou o Mayday).

Quando o coordenador da CT da Autoeuropa elogia publicamente o obscuro Manuel Pinho ou assina todos os acordos da empresa, o combate à burocracia sindical nem se levanta.

O debate sobre a Greve Geral revelou as fragilidades desta opção. Elegendo a cúpula da CGTP como aliada, o BE nem a convenceu da necessidade de manifestação no dia da Greve, nem apelou publicamente à mobilização, para não romper esta aliança.

Não negamos que haja exemplos contrários de camaradas das várias moções, que combatem patrões, governo e controleiros sindicais. Porém, fazem-no a título individual, sem apoio, enfrentando, por vezes, bloquistas instalados nas direcções sindicais.

Propomos o oposto: o BE deve incentivar os seus activistas a um sindicalismo combativo, com democracia de base, decidindo com os trabalhadores as formas de luta e acordos a fazer ou não.

A Coordenadora de Trabalho - que deve ser eleita pelos activistas sindicais - tem aí um papel essencial, servindo não para a produção de propostas legislativas, mas para o debate e a organização dos trabalhadores. Só assim romperemos com o pior da esquerda velha.

A DEMOCRACIA INTERNA, DA FORMA AO CONTEÚDO

A democracia interna do BE tem sido alvo de polémicas e críticas. Democracia não é só ter direito de tendência e apresentar propostas de 2 em 2 anos. Isso o BE tem e ainda bem. Mas não chega.

A esquerda anti-capitalista só pode crescer se as direcções se submeterem ao exame da base, se todos tiverem voz igual, independentemente do cargo, e se as decisões forem tidas nos organismos eleitos. É pre-

ciso entender que o órgão máximo entre Convenções é a MN; que esta deve decidir e não só ratificar decisões da Comissão Política ou do grupo parlamentar.

Um partido que apenas permite aos militantes votar decisões de 2 em 2 anos, e onde a voz das figuras públicas na imprensa tem valor oficial, está condenado a reproduzir, quando no poder, o regime de democracia burguesa ou os regimes monolíticos do "socialismo real".

É inegável que o BE enveredou por este caminho. A MN, de órgão de decisão, passou a órgão de ratificação: veja-se o apoio a Alegre e a Moção de Censura de 10 de Março, que nem ratificada foi, pois foi apresentada publicamente poucos dias depois da MN ter reunido sem a discutir.

Mas outros problemas de democracia existem: só os militantes afectos à direcção vêem os seus textos publicados no esquerda.net, podem falar em debates ou comícios, ser deputados, autarcas ou funcionários. Para não falar do precedente aberto com a expulsão de um camarada, através de um processo obscuro que teve mais a ver com a sua posição contra o apoio a Alegre do que com outras questões.

Da mesma forma que propomos um regime diferente para a sociedade, também o propomos para o BE. Queremos democracia na prática e órgãos que funcionem e discutam, onde a opinião das bases seja ouvida pela direcção. Os bloquistas não podem continuar a saber das posições do seu partido pela comunicação social, sob o risco de o partido deixar de ser o seu.

A ESQUERDA CRESCEU MAS NÃO SE UNIU

Desde a VI Convenção, o país passou por quatro processos eleitorais. É preciso fazer o balanço dos resultados. Queremos um partido para a revolução social e a História mostrou-nos que tal não se faz de resultados eleitorais. Por isso não nos baseamos só nas percentagens obtidas, mas sobretudo nos avanços conseguidos na luta dos trabalhadores e na elevação da sua consciência.

EUROPEIAS: UM RESULTADO HISTÓRICO E LIÇÕES POR APRENDER

As primeiras eleições deste ciclo foram as europeias. O BE obteve 11%, elegendo 3 deputados: um resultado histórico, reflexo do descontentamento com o Governo, pouco capitalizado pela direita, que ainda assim venceu as eleições.

Duas lições se poderiam tirar destas eleições, úteis para as legislativas: 1) era possível derrotar Sócrates; 2) BE e PCP - que ficaram apenas 5% atrás do Governo - unidos poderiam ser uma alternativa de poder. Lições que ambas as direcções partidárias, em nome de sectarismos velhos, preferiram não ouvir.

Apesar disso a direcção insiste em acusar a nossa sensibilidade de sectarismo. Esta acusação infundada só engana incautos e encobre a verdadeira política da direcção do BE: 'Juntar Forças ... com o PS'.

LEGISLATIVAS: A AUSÊNCIA DA ESQUERDA GRANDE DÁ O PODER À ESQUERDA POSSÍVEL

Semanas depois o país votou de novo para escolher Governo - Sócrates venceu com maioria relativa. O BE teve outro grande resultado: 10% e a duplicação do seu grupo parlamentar. Embora as esquerdas tenham alcançado um resultado notável (perto de 20%), a subida do CDS amargou a noite eleitoral.

Mas contentámo-nos com pouco. Desde a V Convenção que a direcção apenas se contenta com retirar a maioria absoluta a Sócrates - obra não do BE mas do próprio Sócrates com a sua governação - mantendo-o no poder. Era obrigação da esquerda ousar unir-se para substituir o PS e não ser apenas voz de protesto.

O resultado das Europeias mostrou que estava na ordem do dia lançar o desafio ao PCP. Cabia ao BE fazê-lo. Essa omissão facilitou a vitória do PS e adiou a concretização de uma esquerda grande, razão de ser do BE.

Nessa noite eleitoral o coordenador do BE disse ao país: "nada mais será como antes". E estava certo. A vitória de Sócrates e a omissão das esquerdas pre-

parou terreno para uma política de austeridade nunca antes vista. Confirma-se hoje que, até a esquerda se unir para governar, nada mais será como antes. Será sempre pior.

O COMÍCIO DE COIMBRA: NEM SEMPRE HÁ ALGUÉM QUE RESISTE

Outro factor marcou as legislativas: o fim da esquerda do PS. Na senda da unidade à esquerda, o BE construiu um diálogo com outros sectores. Os comícios da Trindade e da Aula Magna foram os principais momentos desse percurso e Alegre o seu protagonista. Fomos os primeiros a sinalizar este potencial aliado, na IVª Convenção.

Alegre estava em ruptura com o Governo, tento capitalizado 1 milhão de votos nas presidenciais de 2005, em oposição ao candidato de Sócrates e depois ao Código de Trabalho e à avaliação docente, em defesa dos serviços públicos. Essa rota levaria a um rompimento com o PS, arrastando consigo a sua ala esquerda, ou a um retrocesso, entregando este sector nas mãos de Sócrates. Cabia à esquerda exigir ao poeta que se decidisse. Como esta não o fez, fê-lo Sócrates.

Em Coimbra, de mãos dadas com Sócrates, Alegre pediu a maioria absoluta para o PS, a "esquerda possível" - a mesma do Código do Trabalho, da avaliação docentes e da destruição dos serviços públicos - negociando já o apoio para as presidenciais.

Nessa noite percebeu-se que as palavras de Alegre não passavam disso mesmo e que este estava perdido para a luta da política esquerda e que a esquerda do PS, como hoje a direcção do BE constata, morrera.

AUTÁRQUICAS: PARA UMA REDE DE AUTARCAS É PRECISA UMA REDE DE ACTIVISTAS

As autárquicas fecharam o ciclo eleitoral. Construir uma rede de autarcas e vereadores era o objectivo proposto, para alargar a influência local do BE. A campanha foi pouco participada e mal coordenada, com as distritais entregues a si mesmas. Destaca-se a quantidade de listas feitas, em vários locais onde

nunca participáramos.

Com o anúncio dos resultados a decepção reinou. O BE ficou-se pelos 3%, elegendo 9 vereadores, muito atrás dos 31 do CDS ou dos 174 do PCP. Os resultados nas duas principais cidades são gráficos: em Lisboa perdemos mais de 10 mil votos e um vereador, e no Porto também decrescemos, ficando muito longe da eleição de um vereador. Só se manteve o bastião de Salvaterra de Magos.

Isto dá-nos uma radiografia da inserção do partido. Mais que eleitoral, o BE é um partido parlamentar; a sua influência vem do respeito que os seus deputados inspiram. Mas o povo sabe que não terá Francisco Louçã ou Ana Drago na sua Junta ou Assembleia Municipal e prefere votar nos mesmos de sempre.

Verificou-se da pior maneira a fraca implementação local do BE, que não seguiu centenas de milhares de eleitores que nele votaram semanas antes.

Figuras públicas nacionais e listas com muitos candidatos locais feitas a poucos meses das eleições não enraízam o BE. Apenas o trabalho local, diário e durante anos o faz. Era preciso fazer um balanço que não se fez, para não se repetirem os erros: em que mudou o trabalho local do BE? Em muito pouco. As autárquicas de 2013 estão a ser perdidas já hoje.

O BE NO PARLAMENTO: COMPROMISSOS APENAS COM OS DE BAIXO!

Iniciou-se uma nova legislatura, marcada por um Governo minoritário e um BE reforçado. Sócrates procurou apoios, tendo em vista a aprovação do OE, que logo encontrou à direita.

O BE esteve à altura da responsabilidade acrescida. Porém, erros foram cometidos: o BE salvou, com o seu voto favorável, o projecto do TGV, que iria implicar 6 PPPs com gastos para o estado e lucros para as construtoras, clientela especial do PS. Mais grave ainda foi o voto a favor do empréstimo à Grécia, ferramenta de chantagem de Merkel e do FMI. Cecília Honório explicou a posição do BE: "recusar este empréstimo seria impor a bancarrota à Grécia", mas aprová-lo impôs aos gregos a austeridade mais draconiana além da... bancarrota. Se recusamos esta

chantagem para Portugal, não a podemos querer para os outros.

O compromisso do BE é com todos os trabalhadores, não com a UE ou a clientela do PS. Saber que a democracia burguesa, que nos afoga em dinheiro e em visibilidade - lembremo-nos que o BE sobrevive do dinheiro do Parlamento -, vai querer favores em troca, é essencial para não voltar a cair nestes erros.

PRESIDENCIAIS: A ESQUERDA NÃO VAI À LUTA MAS O GOVERNO É DERROTADO

As presidenciais foram a polémica central na esquerda. Nestas o BE falhou completamente. Falhou no respeito ao debate interno e às posições assumidas na V Convenção, em que foi votada esta resolução: "O BE defenderá a necessidade de uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda, sem prejuízo da possibilidade de apoiar uma candidatura da sua área política no caso de essa alternativa não se concretize". Pode haver dúvidas sobre o que seria a "luta política da esquerda", mas foi unânime na Vª Convenção que esta passava pelo combate ao Governo. Dúvidas houvesse, elas foram esclarecidas por Luís Fazenda: "os camaradas da Moção C inventaram até essa prodigiosa fantasia de que iríamos eventualmente ter um candidato às presidenciais em comum com o Governo". Pois foi o que tivemos.

O mandato recebido pela MN foi o de defender uma candidatura à esquerda, não partilhada pelo governo. Mas a verdade é que a própria MN pouco teve a dizer, dado que só foi chamada a ratificar a decisão após esta ter sido anunciada ao país. Estes atropelos gritantes à democracia interna dizem-nos uma coisa: tal como os eleitores da esquerda, os bloquistas não queriam apoiar o candidato do Governo. Para contornar esse pormenor, a minoria que decidiu optou por não os consultar, lutando ferozmente contra a proposta de uma Convenção Extraordinária. É caso para dizer: só contaram para vocês.

Para cumprir o decidido, não havendo o candidato unitário à esquerda que ninguém procurou,

restava ao BE avançar com uma candidatura própria. Foi isso que propusemos. Mesmo para cumprir o objectivo que justificava o apoio a Alegre - disputar uma segunda volta - esta candidatura era a tática certa. Ou alguém acredita que uma candidatura do BE não arrancaria ao voto em branco e à abstenção os 3% necessários para disputar uma segunda volta?

Porém o erro substancial foi político. "A prática é o critério da verdade", dizia Marx, alertando contra a retórica dos falsos amigos do povo. E, por mais retórica contrária, na prática, a campanha alegrista foi feita ao lado do Governo que mais destruiu os serviços públicos e atacou os trabalhadores. Os discursos de Alegre diziam defender o Estado Social. Mas não o dizem também os de Sócrates? Esta campanha tentou recolocar o Governo no campo imaginário da esquerda, dando-lhe oxigénio para seguir com a política de direita.

À falta de argumentos, ameaçava-se: "ai meu deus que vem aí a direita". Mas é a direita que "está mesmo a governar", como disse depois Francisco Louçã, referindo-se a Sócrates. Assim sendo, em nome da "luta política da esquerda" fizemos campanha ao lado da "direita". Isto não foi difícil de entender para os portugueses, que castigaram eleitoralmente Alegre, dando-lhe menos 300 mil votos que há cinco anos, quando se lançou contra Sócrates e Cavaco. Não foi a esquerda que foi derrotada, foi o Governo e ainda bem.

Era necessária uma candidatura que dissesse ao país que são os ricos que têm de pagar pela crise, que esta dívida não é dos trabalhadores e que é preciso um governo das esquerdas. Uma candidatura destas arrastaria a base do PS, mobilizaria os bloquistas e desafiaria o PCP para a unidade, ganhando os votos que foram parar a Nobre e Coelho. Esta candidatura alimentaria a vontade de lutar e seria a única capaz de pôr em causa Sócrates e Cavaco.

3. O FUTURO ESTÁ ESCRITO NAS ESQUERDAS

ANTI-NEOLIBERAIS OU ANTI-CAPITALISTAS?

A crise polarizou a sociedade. Se durante anos os trabalhadores puderam manter parte da mais-valia, sob a forma de salários dignos, reformas ou serviços públicos, hoje isso já não é possível. O Capital devora cada cêntimo, deixando ao Trabalho apenas o necessário para a sua reprodução. Este sistema não suporta mais o Estado Social. Mais que nunca é válida a fórmula: Socialismo ou Barbárie.

Um debate estratégico se levanta: como defender os direitos conquistados? Com um programa Anti-Neoliberal ou Anti-Capitalista? Cremos que com o segundo, não por fetiches revolucionários, mas por sensatez. O emprego, a educação, a saúde e a proteção social são utopias sob o jugo da exploração. É necessário hoje romper com o capitalismo para assegurar o que sob ele era antes possível.

Não há hoje espaço para meias medidas; as presidenciais provaram-no. Nestas procurámos aliar-nos - sob um programa Anti-Neoliberal - àqueles que defendem o Estado Social sem uma ruptura sistémica. Assim acabámos ao lado do Governo mais Neo-Liberal de sempre. Esta opção foi derrotada nas urnas pelo povo de esquerda, deve ser derrotada também nesta Convenção.

Hoje, defender os direitos mais básicos é defender o Socialismo ou é retórica. O capitalismo é desemprego, miséria, precariedade e fome, mesmos nos países centrais. Derrotá-lo em nome da Justiça na Economia está na ordem do dia, propô-lo aos trabalhadores é a nossa obrigação. Não há "políticas socialistas" sem Socialismo.

O NÓ CEGO DA CRISE: SUSPENDER O PAGAMENTO DA DÍVIDA

Sócrates sempre usou a chantagem do défice para decapitar direitos. Depois de enterrar o dinheiro público no BPN BPP, PPP's e layouts, deu um novo

nome à chantagem: dívida pública. Essa é a política da burguesia mundial - transferir uma quantidade nunca vista de mais-valia do Trabalho para o Capital e chamar-lhe dívida. Por isso falar hoje de trabalho, apoios sociais, estabilidade laboral e serviços públicos sem cortar com a dívida é propaganda. Não é tempo de uma Esquerda de propaganda mas de soluções.

O BE defenderá a suspensão do pagamento da dívida pública para realizar uma auditoria, não feita pelos mercados e seus esbirros, mas por representantes populares eleitos, como única forma de derrotar a austeridade e de devolver a dignidade a quem trabalha. Esta é uma estratégia a ser seguida em articulação com os outros países mais endividados. Só assim se travará a chantagem dos "mercados" e os juros altíssimos. O pagamento permanente da dívida e dos juros apenas garantirá uma guerra de austeridade contra o povo, sem permitir qualquer crescimento económico que nos tire da crise.

TRANSFORMAR A DÍVIDA EM DIREITOS

A Esquerda tem de ser Governo para impedir a economia do crime. Só ela pode suspender o pagamento da dívida para devolver a todos o que é de todos. Por isso o BE proporá:

Pela dignidade no trabalho: Diminuição do horário de trabalho sem diminuição dos salários, para haver trabalho para todos; salário mínimo de 700 euros; aumento das pensões; efectivação após seis meses; fim das ETT's ou forte restrição das suas actividades.

Em defesa dos Serviços Públicos: Reabrir as escolas e centros de saúde encerrados; alargamento da rede pública de ensino, do pré-escolar à universidade; fim do financiamento da saúde e ensino privados; rede pública de farmácias e medicação gratuita; redução imediata em 30% do valor das propinas; fim das taxas moderadoras.

Pela Justiça na Economia: Suspensão imediata de novas PPP's; reavaliação de todos os contratos de PPPs em benefício do interesse público, sem in-

demnizações; obras públicas com concurso público; reabilitação dos centros urbanos para habitação social e jovem; restaurar os apoios sociais; fim das portagens nas SCUTS e redução imediata de outras portagens em pelo menos 30% do seu valor actual.

CONTRA A OFENSIVA DAS PRIVATIZAÇÕES, DEFENDER AS RENACIONALIZAÇÕES

A burguesia não perde oportunidades; também a Esquerda não as pode perder. A crise está ser usada para a vingança final sobre a Revolução de Abril e a voragem privatizadora é o seu ápice. Contra a ofensiva do Capital não podemos jogar à defesa. É hora de avançar com um programa de Renacionalizações. Os sectores estratégicos têm de estar na mão de quem trabalha. Devem ser nacionalizados sem indemnização, pois não temos de comprar o que nos foi roubado, e devem ficar sob o controlo popular, para não substituímos os patrões pelos seus boys.

O BE proporá: Renacionalização da Banca, da EDP e da Galp, para haver energia, combustíveis e crédito baratos, contra o sufoco de trabalhadores e PME's. Nacionalização das empresas que ameaçam deslocalizar-se, em nome do emprego e da produção nacional.

POR UMA EUROPA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

A Europa é cada vez mais o quintal de Merkel e Sarkozy. O povo cada vez mais entende que a liberdade do Capital é o jugo do Trabalho, que a unificação da moeda é a unificação da miséria. Por isso os franceses, os holandeses e os irlandeses votaram contra o fortalecimento do projecto da UE. A Esquerda deve fazer desta consciência uma arma e da voz dos povos uma bandeira.

Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos, o BE proporá unificar os direitos e não a exploração: salário mínimo, subsídio de desemprego e pensões unificados na UE. Uniformizar a legislação laboral e

fiscal; referendar a permanência do Euro para devolver a voz ao povo; sair da NATO e de todos os palcos de guerra.

A ESQUERDA QUE VAI À LUTA NAS RUAS

Uma onda de lutas tem atravessado a Europa e o Magrebe. Só a sua radicalização pode forjar a maioria social que imporá soluções de ruptura. E cabe à esquerda abrir as comportas do descontentamento, sem medo de perder o controlo ou de ver ruir as bases do sistema. Esse descontentamento social existe e sai à rua quando convocado. Chega de esperarmos as convocações de outros: o BE deve chamar a si essa responsabilidade.

O BE centrará as suas posições e o seu activismo no retomar das lutas inacabadas. A unificação das lutas, do público e do privado, dos trabalhadores, estudantes e desempregados, dos efectivos e dos precários, deve ser uma obsessão; a radicalização o seu caminho. E os Governos, PS ou PSD, o seu alvo. É necessário apontar para novas Greves Gerais, devolvendo aos trabalhadores a decisão sobre a sua continuidade, tal como nas greves reconduzíveis do Outubro francês.

UNIR AS ESQUERDAS PARA COMEÇAR DE NOVO

O BE foi fundado sobre esta tese, patente no Começar de Novo: *"O núcleo duro do sistema político português é o do rotativismo entre duas forças políticas centrais que não têm, sobre o futuro de Portugal, ideias substancialmente diferentes"*. Doze anos depois, o rotativismo mantém-se. As condições para o substituir não estão apenas maduras, estão podres. Essa podridão é a miséria de milhares. Os media e a ideologia dominante inculcam no senso comum o rotativismo como uma fatalidade, antecipando já um governo das direitas. Mas é também a omissão das Esquerdas que impõe esse fatalismo. Os doze anos do BE foram virados de costas para o PCP, o que, juntamente com o sectarismo deste partido, fez com que não se impu-

sesse um campo alternativo ao do rotativismo.

Desde as europeias que está na ordem do dia um Governo das Esquerdas, baseado na unidade BE-PCP. Dizem-nos que é difícil, mas também não dissemos que era fácil. Dizem-nos ainda que o PCP não quer, mas quem o desafiou? Sabemos que não é garantido que esta aliança permita um governo das esquerdas e que nada nos diz que o PCP acederia. Mas sabemos também que sem o desafio ser lançado, a resposta, positiva ou não, nunca virá, e que falar de um Governo das esquerdas sem o PCP, não só é demagogia, como sectarismo. Sectarismo de que o BE é já publicamente acusado. Apenas um chamado público ao PCP clarificaria quem se recusa a enfrentar o centrão.

Um projecto unitário à esquerda arrastaria mais votos e pessoas do que aqueles somados por BE e PCP. Atrairia também sectores do PS, votantes de Fernando Nobre, sindicalistas e as novas gerações abstencionistas. Sem ousar romper este tabu, continuaremos condenados à falsa rotatividade do centrão. O BE assumirá a tarefa de convocar o PCP para se debater o núcleo duro de uma Esquerda Grande, que possa dar corpo a um Governo das Esquerdas. Relembrando o Manifesto fundador do Bloco de Esquerda: *"Há momentos onde é necessária a coragem para começar de novo. Porque algo tem de ser feito. Este é um desses momentos, onde é necessário ver mais longe do que as ilusões e aparências recomendariam"*.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO C "MUDAR DE RUMO. POR UM BE 100% À ESQUERDA".

- | | |
|--|--|
| 1-Gil Garcia, (Amadora) | 23- Fernando Quadros (Marinha Grande/Leiria) |
| 2-João Pascoal (Lisboa) | 24- Deolinda Antunes (Leiria) |
| 3-Crisitina Portela (Lisboa) | 25- Joana Saraiva (Marinha Grande/Leiria) |
| 4-André Pestana (Oeiras) | 26- António Grosso (Oeiras) |
| 5-Pedro Varela (Lisboa) | 27- Fernando Martinho (Amadora) |
| 6- Manuel Afonso (Coimbra) | 28- Nuno Martinho (Amadora) |
| 7- Hugo Bastos (Coimbra) | 29- Aurora Carvalho Ferreira- (Amadora) |
| 8- Flávia Polido (Coimbra) | 30- Carlos Fernandes (Amadora) |
| 9- Nuno Geraldês (Braga) | 31- Eduardo Velosa (Braga) |
| 10- Eduardo Henriques (Almada) | 32-Aurora Lima- (Lisboa) |
| 11- Joana Machado- (Braga) | 33- Cláudio Kuster (Oeiras) |
| 12- Filomena Silva- (Almada/Charneca da Caparica) | 34- Manuel Neves (Lisboa) |
| 13- Gabriela Mota Vieira (Açores) | 35- André Traça (Lisboa) |
| 14- Maximiano Gonçalves (Cascais) | 36- João Antunes (Coimbra) |
| 15- Liliana Inverno (Faro) | 37- Luís Franklim (Coimbra) |
| 16-Adão Tavares (Amadora) | 38-Renata Cambra(Coimbra) |
| 17- José Ferreira (Amadora) | 39- Raquel Oliveira (Coimbra) |
| 18- Ana Paula Amaral (Barreiro) | 40- Silvia Franklim (Coimbra) |
| 19-Tiago Castelhana (Amadora) | 41- Licínio Saraiva- (Leiria) |
| 20- Marta Luz (Lisboa) | 42- Pedro Fortunato (Braga) |
| 21- Sofia Rajado (Lisboa) | 43- Pedro Castro- (Braga) |
| 22- Pedro Carlos Monteiro- (Almada/Charneca da Caparica) | 44-Rui Paulo (Amadora) |
| | 45- Rafael Ferreira (Braga) |